

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Hidrovias do Brasil S.A. (Companhia) foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede em São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.912, 21º andar, cj. 21-L, Jardim Paulistano, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas abaixo, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- i. transporte de passageiros e mercadorias;
- ii. construção e a exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos;
- iii. navegação fluvial e marítima, a cabotagem e o armazenamento de mercadorias;
- iv. prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros;
- v. outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

Outros aspectos societários

Dando continuidade ao processo de intensificação e atuação estratégica, durante o exercício de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das ações das seguintes empresas:

- a. Em 24 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu, pelo valor de R\$ 7, 100% das ações representativas do capital social da Cobifox S.A. A Cobifox S.A, localizada no Uruguai, que tem como objetivo principal a participação no capital de outras sociedades. A Cobifox S.A. apresenta em 31 de janeiro de 2012 ativos totais de R\$ 36 e patrimônio líquido de R\$ 36.
- b. Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia constituiu a Hidrovias do Brasil Navegação Norte Ltda., com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo principal a exploração do serviço de transporte hidroviário de carga geral, graneis líquidos e sólidos; prestação de serviços de operações portuárias, cargas e descargas de barcas e serviços de armazenagem de cargas; o serviço de transporte de carga geral e graneis sólidos na navegação do interior de percurso longitudinal intermunicipal, interestadual e internacional; a prestação de serviço de navegação interior, o transporte, o armazenamento e o transbordo de carga geral e graneis sólidos.
- c. Em 5 de março de 2012, a Companhia por meio de sua subsidiária, Hidrovias Del Sur, adquiriu pelo montante de R\$ 11.497 (US\$ 6,316 mil), sendo R\$ 4.529 pago à vista e o valor de R\$ 6.968 pago em abril de 2012, o equivalente a 45% das ações representativas do capital social da companhia Limday S.A., sociedade anônima com sede no Uruguai, que tem como atividade principal o transporte de celulose das instalações portuárias de Fray Bentos para o terminal portuário localizado em Nova Palmira.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos – Limday

	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	763	763
Clientes	198	198
Estoques	108	108
Outros Créditos	125	125
Imobilizado	6.578	8.983
Ágio por rentabilidade futura	-	3.512
Empréstimos e Financiamentos	(1.855)	(1.855)
Fornecedores	(137)	(137)
Salários, férias e encargos sociais	(118)	(118)
outras Contas a Pagar	(82)	(82)
Total Líquido dos ativos identificáveis	<u>5.581</u>	<u>11.497</u>
Valor de Aquisição	<u>11.497</u>	<u>11.497</u>

Para esta aquisição foi registrada uma mais valia do ativo imobilizado no valor de R\$ 2.405 e um ágio por rentabilidade futura de R\$ 3.512.

Com a aquisição da subsidiária indireta Limday, houve uma contribuição no período da respectiva aquisição até 31 de dezembro de 2012 de uma receita de R\$ 4.175 e lucro de R\$ 947. Caso a aquisição dessa empresa tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2012 teria contribuído com uma receita de R\$ 5.106* e o lucro para o exercício teria sido de R\$ 1.307*.

(*) informações não examinadas pelos auditores independentes

- d. Em 20 de abril de 2012 a Companhia através de sua subsidiária Hidroviás Del Sur, adquiriu pelo montante de R\$ 5 (US\$ 2,5) 100% das ações representativas do capital social da companhia Girocantex S.A., sociedade anônimas com sede no Uruguai, que tem como atividade principal a participação no capital de outras sociedades. A Girocantex S.A. apresentou em 30 de abril de 2012 ativos de R\$ 6 e patrimônio líquido de R\$ 5.
- e. Em 05 de setembro de 2012 a Companhia e sua subsidiária Hidroviás Del Sur, adquiriram pelo montante de R\$ 10 (US\$ 5) 100% das ações representativas do capital social da companhia Global Tudery S.A. (Hidroviás del Sur 95% e Hidroviás do Brasil 5%), sociedade anônimas com sede no Paraguai, que tem como atividade principal o transporte fluvial de produtos diversos. A Global Tudery S.A. apresentou em 30 de setembro de 2012 ativos de R\$ 5 e patrimônio líquido de R\$ 5.
- f. Em 20 de dezembro de 2012 a companhia e sua subsidiária Hidroviás del Sur, adquiriram pelo montante de R\$ 10 (US\$ 5) 100% das ações representativas do capital social da companhia Pricolpar S.A. (Hidroviás del Sur 90% e Hidroviás do Brasil 10%), sociedade anônima com sede no Paraguai, que tem como atividade principal transporte terrestre, fluvial, marítimo, aéreo ou combinado de pessoas, animais ou coisas em geral. A Pricolpar S.A. não apresentou em 31 de dezembro de 2012 saldo de ativo e passivo.

Outros aspectos societários

Em 07 de dezembro de 2012, foi publicado no diário oficial da união, a medida provisória nº 595 de 06 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências.

A Administração avalia que nesse momento não há impactos nas demonstrações financeiras da Hidroviás do Brasil e suas subsidiárias.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o CPC e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no CPC, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia em suas

demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de janeiro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por caixa e equivalentes de caixa que abrangem, exclusivamente, os saldos de caixa e bancos que se encontram apresentados ao valor justo.

c. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis (nota explicativa nº 7) e a determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 3.e).

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

A Companhia adota o método de aquisição a combinações de negócios, quando a Companhia adquire controle, mensurando o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

As aquisições efetuadas no exercício de 2012 foram realizadas pela aquisição integral (Cobifox S.A., Navegação Norte Ltda, Girocantex S.A. e Global Tudery S.A.) e aquisições parciais (Limday S.A 45%) das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados

na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

ii. Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

iii. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- a.** Eliminação dos ganhos ou perdas registrados por equivalência patrimonial das controladas;
- b.** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- c.** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Hidroviás do Brasil S.A. (controladora) e as seguintes empresas investidas diretas e indiretas:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Controladas Diretas</u>	Participação em %	Participação em %
Baloto S.A.	100%	100%
Hidroviás Del Sur S.A.	100%	100%
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A	100%	100%
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A	100%	100%
Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A	100%	100%
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda	99%	0%

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Controladas Indiretas</u>	Participação em %	Participação em %
Obrinel S.A.	49%	49%
Limday S.A	45%	0%
Girocantex S.A.	100%	0%
Cobifox S.A. (*)	100%	0%
Global Tudery S.A. (**)	100%	0%
Pricolpar S.A.	100%	0%

(*) 31,62% de participação direta e 68,38% de participação indireta

(**) 5% de participação direta e 95% de participação indireta

Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As empresas controladas em conjunto Obrinel S.A. e Limday S.A. são avaliadas por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de suas participações societárias de 49% e 45%, de acordo com o disposto no CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

b. Moeda estrangeira

i. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para Real [moeda funcional] às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior, excluindo as operações em economias hiperinflacionárias, são convertidas em Real [moeda funcional] às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

ii. Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira

A Companhia e suas controladas utiliza instrumentos de proteção de (hedge) para diferenças de moedas estrangeiras oriundos entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real), independentemente se o investimento líquido ser mantido diretamente ou através de uma controladora intermediária.

Diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão de um passivo financeiro designado como hedge de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes desde que o hedge seja efetivo, sendo apresentadas dentro do patrimônio líquido. Caso o hedge não seja efetivo, tais diferenças são reconhecidas no resultado. Quando o objeto de hedge de um investimento líquido é alienado, o valor pertinente dentro da reserva de avaliação patrimonial referente é transferido para o resultado como parte do lucro ou do prejuízo na alienação.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (hedged) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de hedge que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

d. Apuração do resultado

Os itens que compõem o resultado são registrados em conformidade com o regime contábil de competência.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados - 10% ao ano; instalações - 10% ao ano; sistema de aplicativos - 20% ao ano; equipamento de telefonia - 10% ao ano e benfeitorias - 20% ao ano, veículos 10% ao ano, barcos e barcas 6,67% ao ano, ferramentas 10% ao ano e equipamentos de barco 20% ao ano.

f. Ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa 3(a)(i).

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software em 5 anos.

g. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Durante o exercício não ocorreram eventos e a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicativo que requeresse revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Pagamento baseado em ações

O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

j. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

k. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Novos pronunciamentos, alterações e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos pronunciamentos tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou nenhum pronunciamento antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado. Estes novos pronunciamentos, alterações de pronunciamentos existentes que entrarão em vigor no próximo exercício, a partir de 1º de janeiro de 2013 são conforme segue:

O principal efeito na aplicação destes pronunciamentos se refere ao CPC 19 que não permite mais a contabilização proporcional. Alguns investimentos deixarão de ser consolidados proporcionalmente a partir de 1º de janeiro de 2013.

m. Segmentos operacionais

A Companhia, por ainda estar em fase pré operacional, não possui informações alocadas a segmentos operacionais. Tais informações passarão a ser apresentadas quando do início das atividades operacionais da Companhia, conforme aplicável.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	1.382	87	45.843	278
Títulos de renda fixa CDB (a)	47.222	5.223	47.222	5.223
Aplicações Financeiras (b)	-	-	25.513	-
Debêntures	-	49.225	-	49.225
Total	48.604	54.535	118.578	54.726

(a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em Títulos de Renda Fixa, atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), remunerados a taxas que variam entre 100,3% e 101,5% do CDI

(99% a 100,2% do CDI em 31/12/2011), são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são feitas em investimentos de baixo risco.

- (b) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em Cash Deposit Londres de Renda Fixa de 0,15% e 0,25% anual, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são feitas em investimentos de baixo risco.

5 Adiantamento a fornecedores

Referem-se a adiantamentos realizados a fornecedores, pela subsidiária indireta Girocantex para a construção de empuradores.

6 Investimentos

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O ágio da Baloto S.A. – R\$ 8.123 registrado como investimento na controladora, está fundamentado em estudos desenvolvidos pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações as quais a Baloto S.A. possui investimentos e suportam a contabilização do ágio.

Movimentação dos investimentos

	31/12/2011	31/12/2012						
	Saldo Inicial dos Investimentos	Investimento Adquirido	Aumento de Capital	Perda Investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de Equiv. Patrimonial	Resultado de Conversão de Moeda	Saldo Final dos Investimentos
Baloto S.A.	8.991	-	481	-	-	(400)	297	9.369
Hidroviás Del Sur S.A.	(145)	-	124.335	-	4.704	(3.248)	3.943	129.589
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	21.468	-	4.024	-	-	(561)	-	24.931
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	8.625	-	309	-	-	(185)	-	8.749
Hidroviás do Brasil - Miratituba S.A.	4.880	-	1.026	-	-	(208)	-	5.698
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda	-	-	440	-	-	(118)	-	322
Cobifox S.A.	-	64	47	(8)	-	(65)	-	38
Global Tudery	-	-	2	-	-	(4)	-	(2)
Total	43.819	64	130.664	(8)	4.704	(4.789)	4.240	178.694

As principais informações sobre a participação no patrimônio líquido nas empresas investidas são apresentadas da seguinte maneira:

31/12/2012

Empresas	Participação	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Prejuízo das investidas no exercício
Controladas Diretas						
Baloto S.A.	100%	22.804.389	2.694	1.448	1.246	(400)
Hidroviás Del Sur S.A.	100%	1.299.553.464	131.727	2.138	129.589	(3.248)
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	100%	25.000.000	25.045	114	24.931	(561)
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	100%	20.000.000	8.754	5	8.749	(185)
Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A.	100%	16.000.000	5.732	34	5.698	(208)
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda (*)	99%	495.000	325	3	322	(118)
Cobifox S.A.	31,62%	2.389.871	38	-	38	(65)
Global Tuderey	5,00%	10	2	-	2	(4)
Total			174.317	3.742	170.575	(4.789)

(*) Quantida de Cotas

7 Imobilizado

Movimentação de 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012

Descrição	Controladora				Consolidado					
	31/12/2011 Custo	Adição	Baixa	31/12/2012 Custo	31/12/2011 Custo	Adição	Baixa	Aquisição Participação Societária	Adição por Mais Vália de Ativo	31/12/2012 Custo
Terrenos	-	-	-	-	28.023	821	-	24	-	28.868
Instalações	52	6	-	58	52	8	-	33	-	93
Máquinas e equipamentos	4	43	-	47	4	73	-	-	-	77
Móveis e utensílios	125	15	-	140	131	43	-	-	-	174
Veículos	-	-	-	-	10	237	-	-	-	247
Beneficiárias em inóveis de terceiros	151	397	-	548	151	400	-	-	-	551
Equipamentos de telefonia	8	3	-	11	8	3	-	-	-	11
Equipamentos eletrônicos e de informática	107	116	-	223	112	115	-	-	-	227
Návios e Barcaças	-	-	-	-	-	1.791	-	9.202	2.405	13.398
Ferramentas	-	-	-	-	-	2	-	14	-	16
Equipamento de Comunicação e Transporte	-	-	-	-	-	68	-	24	-	92
Em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto Porto	-	-	-	-	-	1.694	-	-	-	1.694
Licença Ambiental	-	-	-	-	-	640	-	-	-	640
Projetos de Engenharia	-	401	(401)	-	-	3.211	(401)	-	-	2.810
Consultoria	-	-	-	-	-	11.534	(210)	-	-	11.324
Total Custo	447	981	(401)	1.027	28.491	20.640	(611)	9.297	2.405	60.222

Descrição	Controladora				Consolidado					
	31/12/2011 Depreciação	Adição	Baixa	31/12/2012 Depreciação	31/12/2011 Depreciação	Adição	Baixa	Aquisição Participação Societária	Adição por Mais Vália de Ativo	31/12/2012 Depreciação
Instalações	(4)	(6)	-	(10)	(4)	(6)	-	-	-	(10)
Máquinas e equipamentos	-	(2)	-	(2)	-	(15)	-	(8)	-	(23)
Móveis e utensílios	(9)	(13)	-	(22)	(9)	(18)	-	(2)	-	(29)
Veículos	-	-	-	-	(1)	(28)	-	-	-	(29)
Beneficiárias em inóveis de terceiros	(25)	(32)	-	(57)	(25)	(32)	-	-	-	(57)
Equipamentos eletrônicos e de informática	(17)	(30)	-	(47)	(19)	(29)	-	-	-	(48)
Návios e Barcaças	-	-	-	-	-	(492)	-	(2.690)	(255)	(3.437)
Ferramentas	-	-	-	-	-	(2)	-	(5)	-	(7)
Equipamento de Comunicação e Transporte	-	-	-	-	-	(47)	-	(14)	-	(61)
Total Depreciação	(55)	(83)	-	(138)	(58)	(669)	-	(2.719)	(255)	(3.701)
Imobilizado Líquido	392	898	(401)	889	28.433	19.971	(611)	6.578	2.150	56.521

Nosso imobilizado em curso refere-se a investimento com projetos de construção de portos e ativos de navegação no Brasil e no Uruguai.

Não existia em 31 de dezembro de 2012, nenhum ativo com indicação de não recuperação.

8 Intangível

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31/12/2011	Adição	Baixa	31/12/2012	31/12/2011	Adição	Baixa	31/12/2012
<i>Itens não amortizados</i>								
Ágio	-	-	-	-	8.123	3.512	-	11.635
<i>Itens amortizados</i>								
Softwares e programas para computadores	69	120	-	189	74	159	-	233
(-) Amortização acumulada	(12)	(10)	-	(22)	(13)	(12)	-	(25)
Projeto	-	-	-	-	694	-	(694)	-
Total	57	110	-	167	8.878	3.659	(694)	11.843

Ágio nas aquisições de participações - O ágio foi gerado na aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Baloto S.A. e na aquisição de 45% das ações representativas do capital social da Limday S.A. O ágio da Boloto S.A. (R\$ 8.123) e de Limday S.A. (R\$ 3.512) estão fundamentados em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações as quais a Baloto S.A. e Limday S.A. possuem investimento e suportam a contabilização do ágio.

9 Salários, férias e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Salários a pagar	70	50	70	50
Provisão para Gratificações	2.944	1.293	2.944	1.293
Provisão de férias e encargos	227	200	540	237
INSS a recolher	154	69	154	69
IRRF a recolher	123	92	123	92
FGTS a recolher	33	19	33	19
Contribuição Confederativa	1	-	1	-
Total	3.552	1.723	3.865	1.760

10 Provisão para Contingência

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas subsidiárias não apresentam nenhuma contingência em curso.

11 Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 243.283 (duzentos e quarenta e três milhões e duzentos e oitenta e três mil), representado por 219.974.359 (duzentos e dezenove milhões, novecentos e setenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e nove) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária em 31/12/2012 e 31/12/2011 está detalhado abaixo:

Acionistas	31/12/2012		31/12/2011	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação	119.985.015	54,55%	109.999.997	100,0%
Sheares Investmensts B.V.	49.994.672	22,73%	-	-
1505718 Alberta LTD	34.771.687	15,81%	-	-
1505722 Alberta LTD	15.222.985	6,92%	-	-
Outros (pessoas físicas)	-	0,00%	3	0,0%
	219.974.359	100,0%	110.000.000	100,0%

Integralização de capital - Em 13 de janeiro de 2012, foi integralizado pelo acionista P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação o montante de R\$ 2.000, representado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2012, foi integralizado o montante de R\$ 60.347, pelos acionistas 1505718 Alberta LTD (R\$ 18.397), 1505722 Alberta LTD (R\$ 11.777) e Sheares Investments B.V. (R\$ 30.173), representado por 52.873.936 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 02 de agosto de 2012, foi integralizado o montante de R\$ 72.936, pelos acionistas 1505718 Alberta LTD (R\$ 23.826), 1505722 Alberta LTD (R\$ 6.265) e P2 Brasil Infraestrutura Fundo de investimento em Participação (R\$ 12.754) e em 03 de agosto de 2012 pelo Sheares Investimentos B.V.(R\$ 30.091), representado por 57.100.423 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reserva legal - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

Dividendos - Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, tem a destinação determinada pela Assembléia Geral, que poderá, por proposta da Administração: (i) deliberar reter parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia, nos termos do Artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório.

Reservas estatutárias – Adicionalmente as reservas legalmente previstas, a Companhia terá as seguintes reservas de lucros:

Reserva para Investimentos – Compreende os recursos que serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e a expansão de suas atividades, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo da conta de Reserva para Investimentos não poderá ultrapassar 50% do capital social.

Reserva de Capital de Giro – Compreende os recursos que serão destinados a suprir as necessidades de capital operacional da Companhia, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo da conta de Reserva de Capital de Giro não poderá ultrapassar 50% do capital social.

12 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, conforme quadro abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Resultado do período	(15.535)	(11.012)
Média ponderada de ações	173.510	57.952
Prejuízo por lote de mil ações no exercício	(0,0895)	(0,1900)

Não existe efeito de diluição em função de não haver instrumentos potencialmente conversíveis em ações.

13 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração:

Em 31 de dezembro de 2012, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e conselheiros totalizou R\$ 3.313 referente a salários e a benefícios variáveis.

O montante global anual de remuneração dos administradores da Companhia para o ano de 2012, aprovado pelos acionistas da Companhia, é de R\$ 4.000.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	Despesas	
	31/12/2012	31/12/2011
Projetos de Engenharia		
Promon Engenharia S.A.	949	-
Suporte Técnico		
PTLS Serviços de Tecnologia e Assistência Técnica Ltda.	86	110
Promonlogicalis Tec Part Ltda	10	124
Brandt Meio Ambiente	-	30
	1.045	264

14 Instrumentos Financeiros

14.1 Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia e suas controladas, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	48.604	54.535	118.578	54.726
Hedges de fluxo de caixa	-	-	4.704	-
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	255	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	31.085	-
Passivos				
Passivo pelo custo amortizado				
Financiamento e empréstimos	-	-	1.433	-

14.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	48.604	48.604	54.535	54.535	118.578	118.578	54.726	54.726
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	255	255	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	31.085	31.085	-	-
Hedges de fluxo de caixa	-	-	-	-	4.704	4.704	-	-
Passivos								
Financiamento e empréstimos	-	-	-	-	1.433	1.433	-	-

14.3 Hierarquia do Valor Justo

Os instrumentos derivativos contratados enquadram-se, conforme definição de hierarquia de valor justo, como nível 1 e 2. Abaixo definição de hierarquia de valor justo, conforme CPC 40:

- **Nível 1** - Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	48.604	-	54.535	54.726	118.578	-	54.726	-
Hedges de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	4.704	-	-
Passivos								
Financiamento e empréstimos	-	-	-	-	-	1.433	-	-

14.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela diretoria, somente para proteção de risco cambial assumido no contrato com determinado fornecedor estrangeiro para construção dos empuradores.

A Companhia tem utilizado como instrumento de hedge para sua exposição às variações de preços de moeda estrangeira.

14.4.1 Derivativos designados para hedge accounting

A composição dos derivativos designados para contabilização de Hedge de Fluxo de Caixa tem como instrumento de proteção contratos a termo de moeda e o seu objeto de proteção corresponde às variações cambiais relacionadas ao fluxo de caixa dos desembolsos para pagamento do contrato com fornecedor estrangeiro para construção de empuradores. Conforme, demonstrado abaixo:

Vencimentos	Notional (EUR)	Strike Médio	MTM
jan/13	2.407	1,2815	99
mar/13	2.407	1,2826	97
abr/13	4.333	1,2833	174
mai/13	1.444	1,2838	57
jun/13	4.333	1,2845	169
jul/13	3.851	1,2851	149
ago/13	4.333	1,2858	165
set/13	1.444	1,2864	55
out/13	6.740	1,2871	250
nov/13	2.407	1,2877	88
dez/13	4.814	1,2884	174
jan/14	2.407	1,2889	86
fev/14	2.407	1,2896	85
mar/14	2.407	1,2902	84
abr/14	2.407	1,2909	83
mai/14	2.407	1,2916	82
jun/14	2.407	1,2922	80
jul/14	2.407	1,2928	79
ago/14	2.407	1,2934	79
set/14	963	1,2939	31
out/14	2.407	1,2945	77
dez/14	963	1,2956	30
fev/15	963	1,2965	29

Em 31 de dezembro de 2012, como resultado dessa operação a Companhia e suas controladas apuraram um resultado de R\$ 4.704 (R\$ 3.019 resgistrado no circulante e R\$ 1.685 registrado no ao circulante) em contra-partida no patrimônio líquido, na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial

14.5 Gerenciamento de Risco

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais fatores de risco a que Companhia e suas controladas estão expostos refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento demanda e concorrência) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio; e
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes e por aplicações financeiras.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisões. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O valores contábeis dos ativos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras, são:

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.604	54.535	118.578	54.726
Adiantamento a fornecedores	5	-	-	31.085	-
Total		48.604	54.535	149.663	54.726

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez, é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo o qual tem por objetivo manter disponibilidade caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão da contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, de forma que, esses instrumentos não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

Consolidado	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamento a Fornecedores	5	31.085	-
Total		31.085	-

Risco taxa juros

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

Consolidado	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	4	72.735	54.448
Total		72.735	54.448

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimento os quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2012, foi extraída a posição do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como cenário provável; a partir desse foram calculadas variações de 25% e 50%.

A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário:

Cenários	Nota		Alta		Baixa	
		Provável	25%	50%	25%	50%
		7,25%				
<i>Instrumentos financeiros</i>						
Títulos de renda fixa (CDB)	4	3.424	856	1.712	(856)	(1.712)
		3.424	856	1.712	(856)	(1.712)

15 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação do patrimônio líquido final do exercício de 2012 e 2011 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Total do passivo circulante	(3.907)	2.422	(5.887)	2.760
Menos: caixa e equivalentes de caixa				
e aplicações financeiras	48.604	54.535	118.578	54.726
Sobre líquida de caixa	44.697	56.957	112.691	57.486
Patrimônio Líquido	226.504	96.544	226.504	96.647

16 Programa de opção de compra de ações

Programa de 2012

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Programa de Opção de Compra de Ações de 2012 ("Programa de 2012), nos termos e condições da outorga anual de opções de compra de ações do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 07 de dezembro de 2010, observadas as características e limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano de 2012 tem vigência a partir de 25 de maio de 2012. A Companhia outorga ao participante 1.105.000 (um milhão cento e cinco mil) opções de compra de ações ("Opções"). Cada opção atribui ao seu titular o direito de subscrição de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia ("Ação"), estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano, no Programa de 2012 e no Contrato com o participante.

O preço de exercício de cada Opção deste programa de 2012 será R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos) corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“IPCA”) desde 25 de maio de 2012 até a data do efetivo exercício da Opção pelo Participante mais 7% (sete por cento) ao ano.

As opções outorgadas nos termos do Programa de 2012 podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

Os prazos para o exercício das opções são:

- até 25 de maio de 2013, o participante não exercerá as opções;
- a partir de 23 de maio de 2013, o Participante poderá exercer até 25% das opções;
- a partir de 23 de maio de 2014, o Participante poderá exercer até 25% das opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente;
- a partir de 23 de maio de 2015, o Participante poderá exercer até 25% das opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente; e
- a partir de 23 de maio de 2015, o Participante poderá exercer até 25% das opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.

Em reunião do Conselho de administração realizada em 10 de agosto de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram a inclusão de um novo participante no Programa de Opção de Compra de Ações de 2012 (“Programa de 2012”), nos termos e condições da outorga anual de opções de compra de ações do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 07 de dezembro de 2010, observadas as características e limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano tem vigência a partir de 10 de maio de 2012. A Companhia outorga ao participante 400.000 (quatrocentas mil) opções de compra de ações (“Opções”). Cada opção atribui ao seu titular o direito de subscrição de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia (“Ação”), estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano, no Programa de 2012 e no Contrato com o participante.

O preço de exercício de cada Opção deste programa de 2012 será R\$ 1,28 (um real e vinte e oito centavos) corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“IPCA”) desde 10 de agosto de 2012 até a data do efetivo exercício da Opção pelo Participante mais 7% (sete por cento) ao ano.

As opções outorgadas nos termos do Programa de 2012 podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

Os prazos para o exercício das opções são:

- até 10 de agosto de 2013, o participante não exercerá as opções;
- a partir de 11 de agosto de 2013, o Participante poderá exercer até 25% das opções;
- a partir de 11 de agosto de 2014, o Participante poderá exercer até 25% das opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente;
- a partir de 11 de agosto de 2015, o Participante poderá exercer até 25% das opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente; e

- a partir de 11 de agosto de 2015, o Participante poderá exercer até 25% das opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.

Até 31 de dezembro de 2012, as opções outorgadas (1.505.000) representavam 0,69% das ações subscritas de emissão da Companhia na mesma data.

Em 31 de dezembro de 2012, foi registrado uma provisão de R\$ 833 no balanço e no resultado da Companhia referente ao direito das outorgas do Programa de 2011 e 2010.

Programa de 2011

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2011, os acionistas da Companhia aprovaram um Programa de Opção de Compra de Ações de 2011 (“Programa de 2011”), nos termos e condições da outorga anual de opções de compra de ações do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 07 de dezembro de 2010, observadas as características e limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano de 2011 tem vigência a partir de 10 de maio de 2011. A Companhia outorga ao participante 100.000 (cem mil) opções de compra de ações (“Opções”). Cada opção atribui ao seu titular o direito de subscrição de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia (“Ação”), estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano, no Programa de 2011 e no Contrato com o participante.

O preço de exercício de cada Opção deste programa de 2011 será R\$ 1,00 (um real) corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“IPCA”) desde 10 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício da Opção pelo Participante mais 7% (sete por cento) ao ano.

As opções outorgadas nos termos do Programa de 2011 podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

Os prazos para o exercício das opções são:

- até 10 de maio de 2012, o participante não exercerá as opções;
- $\frac{1}{4}$ (um quarto) das opções poderão ser exercidas a partir de 1 (um) ano contado da data de celebração do contrato de opção, ou seja, a partir 10 de maio de 2013;
- até $\frac{1}{4}$ (um quarto) das opções, mais as eventuais sobras não exercidas no período de exercício precedente, poderão ser exercidas a partir de 2 (dois) anos contados da data de celebração do contrato de opção, ou seja, a partir de 10 de maio de 2014, mais eventuais sobras não exercidas em períodos antecedentes;
- até $\frac{1}{4}$ (um quarto) das opções, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser exercidas a partir de 3 (três) anos contados da data de celebração do contrato de opção, ou seja, a partir de 10 de maio de 2015 mais eventuais sobras não exercidas em períodos antecedentes;
- até $\frac{1}{4}$ (um quarto) das opções, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser exercidas a partir de 4 (quatro) anos contados da data de celebração do contrato de opção, sendo o prazo máximo até 10 de maio de 2016.

Até 31 de dezembro de 2012, as opções outorgadas (2.100.000) representavam 0,96% das ações subscritas de emissão da Companhia na mesma data.

Em 31 de dezembro de 2011, não há efeitos relevantes no balanço e no resultado da Companhia.

17 Compromissos e Garantias

A subsidiária indireta Girocantex dentro das obrigações assumidas no contrato para construção de 8 empurradores fluviais assinado com fornecedor estrangeiro, na data de 05 de agosto de 2012 para cumprimento das obrigações assumidas no contrato de transporte firmado com a Vale na data de 17 de julho de 2012, emitiu uma garantia financeira de performance pelo Banco Itaú BBA S.A. no montante de 10% do valor do contrato com aquele fornecedor.

18 Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Salários	(2.340)	(1.349)	(3.359)	(1.684)
Encargos sociais	(1.411)	(770)	(1.507)	(783)
Pró-labore	(1.516)	(944)	(1.516)	(944)
Férias e 13º salário	(339)	(369)	(352)	(382)
Bônus	(2.869)	(1.516)	(2.970)	(1.529)
Opções Outorgadas Reconhecidas	(833)	-	(833)	-
Outras Despesas com pessoal	(759)	(332)	(841)	(334)
	(10.067)	(5.280)	(11.378)	(5.656)

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Viagens e estadias	(915)	(1.437)	(1.423)	(1.438)
Aluguéis e condomínios	(388)	(276)	(554)	(358)
Serviços públicos	(224)	(228)	(262)	(235)
Condução e locomoção	(201)	(61)	(265)	(69)
Outras despesas	(314)	(512)	(1.077)	(753)
	(2.042)	(2.514)	(3.581)	(2.853)

20 Serviços profissionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Consultorias	(1.228)	(1.866)	(2.801)	(1.974)
Advogados	(659)	(2.105)	(1.287)	(3.757)
Recrutamento e Seleção	(364)	-	(364)	-
Outras serviços	(261)	(169)	(361)	(171)
Publicações	(194)	(27)	(267)	(27)
Auditorias	(122)	(370)	(243)	(370)
Serviços de Informática	(88)	(104)	(93)	(104)
	(2.916)	(4.641)	(5.416)	(6.403)

21 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	4.774	3.710	4.774	3.710
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	142	-
Headge de Fluxo de Caixa	-	-	55	-
Outros	6	114	6	114
Total	4.780	3.824	4977	3.824
Despesas				
Encargos de dívidas	-	-	(71)	-
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	(84)	-
Garantias Financeiras	-	-	(907)	-
IOF	(481)	-	(481)	-
Outros	(16)	(3)	(71)	(24)
Total	(497)	(3)	(1.614)	-24
Total Resultado Financeiro	4.283	3.821	3.363	3.800

22 Eventos Subsequentes

Em 24 de janeiro de 2013 a subsidiária indireta Pricolpar S.A. realizou a compra de um empurrador “Don Antonio” pelo montante de R\$ 5.220 milhões (U\$ 2.500 milhões).

* * *

Bruno Pessoa Serapião
Diretor Presidente

Fabio Abreu Schettino
Diretor Financeiro e
Relações com Investidores

Daniel Rocha da Silva
CT CRC 1SP 192641/O-4